

A preservação da biodiversidade no âmbito do programa *RS Rural*

BASSI, Lauro¹; SEIDEL, Jair²

PALAVRAS-CHAVE: *RS RURAL, biodiversidade, recursos naturais.*

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais e Combate à Pobreza Rural (RS RURAL) é decorrente do Acordo de Empréstimo nº 4148-BR celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o BIRD em 11 de julho de 1997. O valor do empréstimo foi de US\$ 100 milhões, cabendo ao Estado do Rio Grande do Sul alocar a contrapartida correspondente, durante o período de execução do Programa, para perfazer um montante total de US\$ 162 milhões, visando melhorar as condições de vida de pequenos produtores rurais pobres do Estado. As atividades iniciaram no segundo semestre de 1997, estendendo-se até 31 de dezembro de 2005, perfazendo um período de 8,5 anos.

O RS RURAL foi instituído como ferramenta governamental de apoio ao desenvolvimento local e resgate da cultura e valores considerando as características sócio-culturais e demandas específicas de diversos segmentos da sociedade. Constituíram o público beneficiário os agricultores familiares, os povos indígenas, os pescadores profissionais artesanais e os remanescentes de quilombos.

De maneira geral, os públicos do RS RURAL (à exceção dos pescadores que não dependem da agricultura) vivem em áreas de baixa aptidão para a agricultura convencional (baseada na produção de grãos em sistemas de monoculturas). Nessas condições de uso e manejo, estas áreas, por serem frágeis e marginais, degradam-se facilmente, gerando assim um ciclo recalcitante de pobreza e degradação cada vez mais difícil de romper, que terá mais chances de ser superado pela construção de uma nova matriz de produção. Matriz

esta que diminua a dependência de insumos externos, aumente a diversificação, inclua a implantação de sistemas agroflorestais e busque uma concepção de transição agroecológica onde uma nova relação com a natureza, de maior equilíbrio e sustentabilidade, possa também construir um novo sujeito social.

Um dos objetivos específicos do programa RS RURAL foi a recuperação e conservação da biodiversidade, desenvolvido através da elaboração e efetivação dos projetos integrados e especiais nas microbacias e do apoio a pesquisas participativas demandadas por grupos de produtores geralmente focadas em processos de transição agroecológica.

O presente trabalho objetiva apresentar resultados do Programa RS RURAL relacionados ao alcance do objetivo específico destacado em práticas de biodiversidade nos projetos integrados e especiais e em pesquisa por demanda.

2 METODOLOGIA

Os Projetos apoiados pelo RS RURAL foram concebidos de maneira integrada, como produto de um processo participativo, sendo a microbacia hidrográfica a unidade básica de planejamento. Para tanto, foram utilizados métodos de diagnóstico e planejamento como o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), buscando responder às aspirações dos diferentes públicos sem lesionar os padrões sócio-culturais intrínsecos e considerando suas demandas específicas. Para a elaboração dos projetos, a seleção dos grupos beneficiários se deu através de um conselho municipal formado por representantes institucionais e por moradores do meio rural.

O apoio à conservação da biodiversidade se deu através da Ação de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, em que foram concentrados esforços na

recuperação da vegetação nativa (matas, banhados e outras), exclusivamente em áreas de preservação permanente legalmente definidas, através do isolamento e do estímulo à regeneração natural, como parte dos Projetos Integrados.

A partir do início de 2004, foi criado o Projeto Especial RS Biodiversidade que apoiou com assistência técnica e recursos específicos agricultores familiares que adotaram práticas de biodiversidade e agrobiodiversidade. Fundamentado nos princípios e diretrizes estabelecidas pelo Código Florestal Federal e Estadual, buscou-se recuperar e conservar ecossistemas incentivando práticas que pudessem contribuir para a conservação da biodiversidade (cercamento, plantio com espécies nativas e subvenção) e também da agrobiodiversidade (apicultura em APPs, banco e campo de sementes e turismo agro-ecológico), tendo como um dos objetivos combater a erosão genética tanto nos sistemas agrícolas quanto nos sistemas naturais e ainda gerar renda aos beneficiários.

Foram também custeadas com recursos do Programa pesquisas demandadas por grupos de agricultores que identificaram estas necessidades através de um processo metodológico próprio, tendo as mesmas sido conduzidas por um período de dois anos.

3 RESULTADOS

As práticas contemplaram duas linhas básicas: a biodiversidade e a agrobiodiversidade que, conjugadas, objetivaram apoiar a conservação através de ações que conciliassem o uso em regime sustentado dos ecossistemas na unidade de produção e a proteção das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal e Estadual.

Para os beneficiários que desenvolveram as práticas de cercamento, regeneração e/ou plantio com espécies nativas, o Programa disponibilizou um recurso para a subvenção (proporcional à área protegida e não obrigatório).

Dentre as práticas financiáveis pelo Programa RS RURAL nos projetos RS Biodiversidade, na ação de agrobiodiversidade foram oferecidas a apicultura em APPs, banco e campo de sementes comunitário e turismo agroecológico, possibilitando, além da conservação da biodiversidade, também a geração de renda, garantindo aos beneficiários do Programa a oportunidade de experimentar novas alternativas de renda a partir da conservação ambiental.

Com estas ações o Programa buscou valorizar propriedades que apresentassem atributos importantes do ponto de vista ambiental (com potencial paisagístico e ecológico). As práticas de agroecoturismo e apicultura promoveram a recuperação de áreas degradadas, mas também viabilizaram a permanência de agricultores nas propriedades. A

prática de turismo agroecológico foi contemplada em 23% dos projetos do RS Biodiversidade, beneficiando 95 famílias diretamente. A prática de apicultura foi acessada em 69 % dos projetos subsidiados pelo RS Biodiversidade, beneficiando 505 agricultores distribuídos em 24 projetos. Deve-se salientar que na apicultura os beneficiários foram orientados apenas para colocação das caixas, sendo proibido qualquer tipo de intervenção nas áreas de floresta.

No âmbito dos projetos (integrados e especiais) foram atendidas 6.074 famílias com práticas de biodiversidade entre os diversos públicos beneficiários do Programa, através de 378 projetos. Os recursos aplicados somaram aproximadamente 2,4 milhões de reais, sendo 1,7 milhões do Programa e 700 mil como contrapartida das Prefeituras Municipais e dos beneficiários.

A maior demanda foi de agricultores familiares, com 240 projetos e 2.102 beneficiários diretos, seguida de agricultores assentados com 98 projetos e 1.410 beneficiários diretos. Os povos indígenas demandaram 20 projetos com 1.764 beneficiários, os pescadores profissionais artesanais forma atendidos através de 10

Buscou-se recuperar ecossistemas incentivando práticas que contribuissem para a conservação da biodiversidade



Figura 1: Municípios onde foram executados projetos de

projetos com 457 beneficiários e os quilombolas somaram igualmente 10 projetos e 341 beneficiários. A área total atendida em biodiversidade foi de 1.939 hectares distribuídos nas práticas de isolamento para regeneração natural e plantio de espécies nativas.

No mapa a seguir estão identificados os municípios onde foram implantados projetos de apoio à conservação da biodiversidade.

4 ALGUNS DESTAQUES

O RS RURAL fomentou a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) em áreas degradadas como uma estratégia técnica de recuperação e valorização destas áreas e também como uma alternativa importante para a geração de renda, a melhor utilização das terras e a conservação da biodiversidade de acordo à sua aptidão. Sua implantação foi, inclusive, objeto de pesquisa por demanda apoiada pelo Programa. Mesmo tendo sido



Figura 3: Sistemas agroflorestais na Área Indígena da Guarita

estimulada de forma geral junto aos públicos beneficiários, foi mais demandada pelos povos indígenas. Destacam-se as áreas indígenas da Guarita, onde foram implantados aproximadamente 300 hectares e a área indígena do Inhacorá, com 6 hectares implantados.

A região do Estado que mais demandou projetos de biodiversidade foi o Noroeste Colonial. Nesta região foi apoiada a implantação de um corredor de conservação denominado “Corredor Ecológico do Rio Parizinho”, envolvendo os municípios de Barra do Guarita, Derrubadas, Tenente Portela e Vista Gaúcha que abrangem áreas que margeiam o Rio Parizinho. Essa iniciativa foi pioneira no Estado do Rio Grande do Sul. A área prioritária selecionada situa-se entre o Parque Estadual do Turvo e Reserva Indígena da Guarita, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde se encontram importantes fragmentos florestais remanescentes da Floresta Estacional Decidual (IBGE, 1992).



Figura 2: Aspectos do rio Parizinho

Ainda na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul o Ministério Público tem atuado no sentido de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente, promovendo ajustamentos de conduta. Esse fato gerou uma demanda por recursos do RS RURAL, que contribuiu nesta ação do Ministério Público apoiando o cercamento de uma área de 155,98 hectares para o plantio de 40.538 mudas de espécies nativas em 107,71 hectares e subvenção correspondente a 142 hectares através da elaboração de dez projetos, onde foram beneficiadas aproximadamente 207 pequenas propriedades localizadas nos muni-

cípios de Novo Machado, Porto Lucena, Crissiumal, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha e Porto Mauá que margeiam os rios Uruguai, Guarita e Erval Novo.

Com a execução dos projetos observou-se que para os beneficiários que acessaram as práticas de agrobiodiversidade o nível de satisfação foi maior que o daqueles que realizaram o processo de conservação acessando apenas as práticas de cercamento ou plantio com espécies nativas.

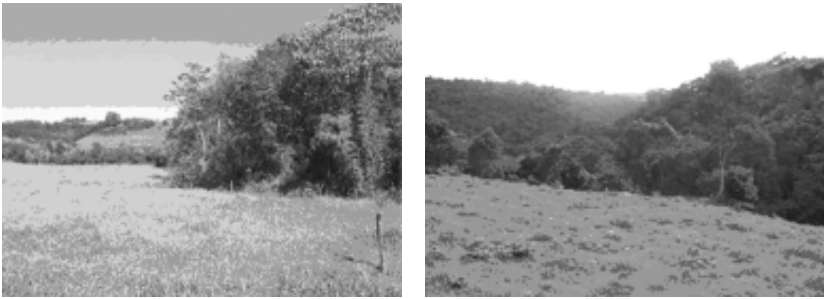


Figura 4: Visualização de mata nativa conservada

5 PESQUISAS POR DEMANDA

No universo das pesquisas por demanda apoiadas pelo RS RURAL, 11 projetos estiveram focados nos sistemas que objetivaram, entre outros, um menor impacto sobre a biodiversidade (transição agroecológica e sistemas agroflorestais), conforme se observa no quadro a seguir.

Pesquisa por demanda	Instituição responsável
Melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas no extrativismo da Samambaia Preta	Associação Ação Nascente Maquiné (ANAMA)
Práticas ecológicas de proteção de cultivos no controle das doenças do bananal	Centro Ecológico
Manejo ecológico da uva nas condições sócio-ambientais da Serra Gaúcha. Instituição responsável	Centro Ecológico
Validação de sistemas agroecológicos e análise de viabilidade econômica de cultivares de cana-de-açúcar	Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Fronteira (ASTRF)
Validação de práticas de manejo ecológico da manga e do abacaxi	Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Fronteira (ASTRF)
Pesquisa em sistemas agroflorestais para as regiões do Alto Uruguai, Encosta da Serra, Altos da Serra e Planalto do Rio Grande do Sul	Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)
Validação de tecnologias agroecológicas de sistemas de cultivo de melancia na entressafra e em diferentes agroecossistemas na região Centro-Serra	EMATER/RS
Validação de tecnologias agroecológicas de sistemas de cultivo de tomate na entressafra e em diferentes agroecossistemas na região Centro-Serra	EMATER/RS
Pesquisa de nova tecnologia agroecológica na produção de batata na Depressão Central	EMATER/RS
Sistemas de produção agroecológico da cultura do melão na região da Campanha em Unidades de Experimentação Participativa - UEPs	EMATER/RS
Validação de tecnologias para agricultores familiares na produção agroecológica das culturas da videira e da pereira na Fronteira Oeste do RS, em Unidades de Experimentação Participativa - UEPs	EMATER/RS

O envolvimento direto e a efetiva participação das comunidades nas pesquisas por demanda têm trazido importantes lições e permitido a incorporação imediata de muitas tecnologias no sistema de produção. A ação interinstitucional permitiu um avanço decisivo na integração entre as Universidades, os Centros de Pesquisa, a Extensão Rural, as ONG's e as comunidades locais na busca de soluções aos problemas sócio-econômicos e ambientais e na construção de uma agricultura com maior sustentabilidade.

No mapa abaixo podem ser visualizados os locais onde foram conduzidas pesquisas por demanda.

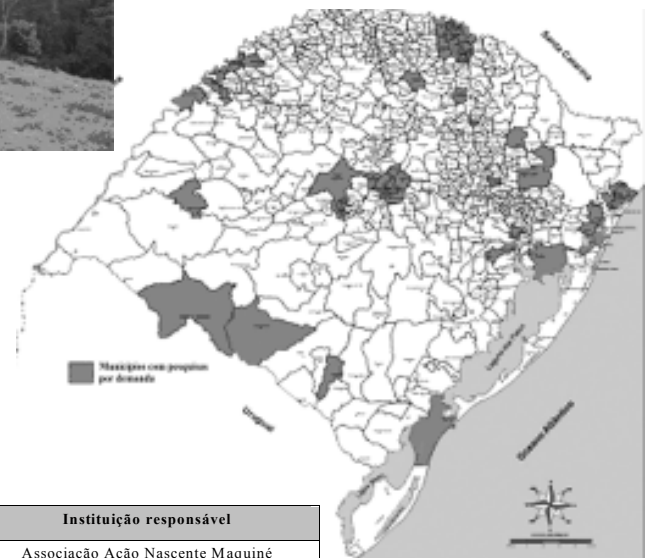


Figura 5: Municípios com pesquisa por demanda

Nas fotos relacionadas a seguir são mostrados diversos locais de experimentação e aspectos das pesquisas por demanda apoiadas pelo Programa.

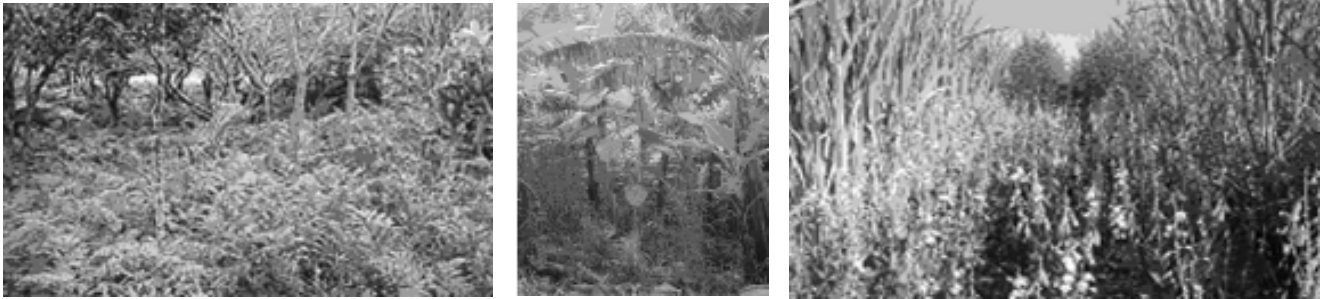


Figura 6: Visualização de pesquisas por demanda



Figura 7: Visualização de pesquisas por demanda



Figura 8: Visualização de pesquisas por demanda

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a demanda pelas práticas de Biodiversidade tenha aumentado com a implementação de projetos especiais, o resultado final, considerando os alcances globais do Programa, ainda está aquém da expectativa inicial. Alguns fatores contribuíram para essa realidade: I) pouca disponibilidade de área do público beneficiário II) comportamento histórico associado à retirada da floresta nativa para implantação de culturas em sistemas monoculturais III) falta de perspectiva de renda a partir das áreas de preservação; (IV) visão de curto prazo e o entendimento de que os benefícios da natureza devam ser individualizados e não destinados ao bem comum.

Além das questões anteriormente enumeradas, estudos sobre o potencial de produção de serviços ambientais, identificação de grupos demandantes destes serviços e a criação de mecanismos de compensação e de educação ambiental são necessários para conferir resultados mais abrangentes em futuros projetos desta natureza.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **RS RURAL**: manual operativo. Porto Alegre, 2004. 6v.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Projetos de Suporte A. In: - **RS RURAL**: manual operativo. Porto Alegre, 1999. v. 4